

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

**PEDAGOGIA HOSPITALAR: A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR E PEDAGOGO
NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DO ALUNO HOSPITALIZADO**

MONTOVANI, Paola Terezinha¹

Orientadora: COSTA, Mariana Saad Weinhardt²

RESUMO

Neste artigo discute-se a importância do professor/pedagogo no processo de escolarização e recuperação do indivíduo hospitalizado. Partindo do contexto histórico e sua trajetória até os dias atuais, evidenciando os direitos das crianças e adolescentes em processo de tratamento de saúde, as práticas e saberes necessários para uma formação qualificada e habilidades adequadas destes profissionais de classes hospitalares e a relevância do envolvimento dos diversos grupos (médicos, enfermeiros, familiares) no processo de reabilitação e reintegração dessas pessoas ao grupo escolar e suas rotinas diárias. Nesta perspectiva, a proposta apresentada aponta, em especial, o grande diferencial que o professor/pedagogo pode ocasionar na vida dessas crianças e adolescentes hospitalizados, por meio das vivências, trocas de conhecimentos, diálogos e o olhar humanizado para seu aluno, com isso, auxiliando o resgate da identidade dos internados e proporcionando uma nova visão de mundo e perspectivas de um futuro promissor. O processo de ensino e aprendizagem ocorre nesse meio, de maneira adaptada, diferenciada, criativa e com um currículo flexível. Este artigo também apresenta uma abordagem de outro método educacional utilizado para dar continuidade na escolarização do aluno impossibilitado de frequentar o ensino regular, sendo esse o atendimento domiciliar, o qual possibilita o aluno a continuidade do ensino destinado à sua faixa etária. Mesmo sendo um atendimento em um ambiente em que o discente já está acostumado, faz-se necessário adaptações para melhor conforto do mesmo. A escuta do professor e pedagogo em todos os meios que a Educação permeia são de suma importância, e nos hospitais são essenciais, pois todas as pessoas que estão envolvidas com o paciente estão em constante aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Atendimento Domiciliar.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

² Graduada em Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pós-graduação em Modalidades de Aprendizagem e Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atua como Pedagoga no Hospital Pequeno Príncipe. Docente do curso de Pedagogia nas Faculdades Integradas Santa Cruz.

Nos últimos anos, o sistema de ensino vem desenvolvendo novas práticas e metodologias, e estas estão sendo adotadas pelos docentes para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo para os discentes, principalmente, para os que se encontram em hospitais. Esse processo precisa ser bem elaborado e com o olhar voltado para o aluno e família.

O trabalho do pedagogo/professor em hospitais é denominado como Pedagogia Hospitalar. O papel desse profissional é atender o educando hospitalizado em seu processo escolar. Partindo da necessidade de evitar a evasão escolar e os prejuízos educacionais para crianças em tratamentos de saúde, a Pedagogia Hospitalar visa atender as crianças e adolescentes que necessitam de atendimentos escolares diferenciados e especializados.

Os pedagogos e professores baseiam-se nos conteúdos escolares e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, para organizar o material a ser trabalhado com o educando hospitalizado. Essa organização é pensada de maneira lúdica e diversificada, resgatando a identidade do indivíduo e ajudando a amenizar esse período de internação.

Esta pesquisa vem justificar a problematização de qual a importância do professor e do pedagogo na recuperação da criança hospitalizada, trazendo como resposta a seriedade de ter uma melhor compreensão da atuação dos pedagogos e dos professores, dentro do âmbito educacional, suas abordagens e posturas. É de suma importância conhecer as contribuições do professor para uma criança enferma, entender as práticas desenvolvidas, que fazem o indivíduo internado se sentir confortável em um ambiente que, de modo geral proporciona desconforto para o mesmo.

Em contrapartida, o objetivo geral da pesquisa é compreender qual a importância do pedagogo e do professor na recuperação da criança hospitalizada e como objetivos específicos identificar historicamente a educação no âmbito hospitalar; reconhecer o papel do pedagogo e do professor para a melhor recuperação da criança hospitalizada; apresentar relatos bibliográficos de profissionais da área da educação que atuam em ambientes hospitalares.

Este artigo é construído por meio de pesquisas qualitativa, tendo uma metodologia de investigação científica, explorando as particularidades do tema abordado, assim como afirma Godoy (1995, p. 58), esse tipo de pesquisa parte de questões:

[...] ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Sendo também uma pesquisa bibliográfica, inquirido por artigos científicos, entrevistas, livros, entre outros e descritiva. Ressaltando alguns autores indispensáveis como Matos e Mugiatti (2001) e Avanzini e Silva (2011) Carreira (2016), trazendo uma reflexão sobre a área da Pedagogia em específico no âmbito hospitalar, sua trajetória, o significativo papel do grupo educacional nesse processo e relatos de profissionais pedagógicos presentes no ambiente hospitalar.

O artigo está assim organizado: na primeira seção apresentou-se um breve histórico da pedagogia hospitalar, na segunda seção procurou-se identificar a importância do pedagogo e do professor na educação em âmbito hospitalar e na terceira sessão foram abordados relatos das experiências dos professores que atuam nos hospitais. Por último encontram-se as considerações finais apontando aspectos relevantes para a compreensão do tema proposto.

2 PEDAGOGIA HOSPITALAR E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

O campo da educação exige uma qualificação constante dos profissionais que nela estão presentes. Essa área passou por vários processos de reformulação/evolução, seguindo do modelo tradicional, onde a atenção estava focada apenas no docente, pois ele era o indivíduo de saber absoluto. Aos poucos, os discentes começaram a ganhar uma visibilidade perante a sociedade, assim o meio educacional começou a olhar de uma maneira diferente para as pessoas que estavam construindo o futuro da sociedade (os alunos).

A educação é uma das principais áreas que proporciona à população, itens essenciais para uma socialização mais humana. Possui, por tanto, suma importância no desenvolvimento da cidadania. Cardoso, Silva e Santos (2012, p. 47), afirmam que, é bastante abrangente o campo da educação, “com grandes níveis de crescimento e atuação, devido ao seus avanços e modificações exige profissionais com maior qualificação para atuar nessas diferentes áreas”, não restringindo os pedagogos apenas voltados para a gestão, supervisão e coordenação pedagógica do âmbito educacional, mas para campos educativos que envolvem a sociedade. Em diferentes contextos a educação está presente, sendo assim, o profissional pedagogo tem a oportunidade de atuar em diversificados âmbitos sociais.

Silva e Andrade (2013, p. 31) também concordam que a educação permeia toda a sociedade, independentemente da classe social, e alegam que a:

Educação está associada ao processo de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes,

valores existentes no meio culturalmente organizado e que, por fim, lhes possibilitam produzir outros saberes, técnicas, valores etc³.

Os autores citados acima explicam que nos primórdios da humanidade a situação apresentava um contexto diferente, pois a educação não fornecia esse amparo para a sociedade, e muito menos para as crianças, pois “a concepção de infância se resumia a pequenos adultos, não existia a ideia de infância tal como a conhecemos atualmente” (2013, p. 31). Não havia um cuidado com esses indivíduos mais frágeis, apenas recebiam os mesmos tratamentos e precisavam seguir o ritmo dos adultos.

Os indivíduos que estavam passando pela fase da infância só foram ser identificados como crianças e vistos com um olhar diferenciado pela sociedade a partir do século XVIII, assim como afirma Farias (2005 *apud* SILVA; ANDRADE, 2013, p. 24):

[...] no fim do século XVIII e se intensificando no século XIX, com o aumento do índice de mortalidade infantil, dentre outras razões, os médicos e as famílias começaram a repensar sobre essa concepção de infância, passando a olhar as crianças como seres frágeis que necessitam de atenção e cuidados especiais.

Esses atendimentos especiais fornecidos às crianças se expandiram com a Segunda Guerra Mundial, pois chamou atenção devido à grande demanda de crianças que ficaram impossibilitadas de frequentar a escola, por consequência das mutilações. Assim, Carreira (2016, p. 11) diz que, “em resposta a essa terrível situação, muitos educadores e médicos se engajaram na construção de experiências educacionais em unidades hospitalares”. É a partir desse momento que a educação dentro dos âmbitos hospitalares começa a ganhar seu papel.

Na França, em 1935, foi criado o primeiro atendimento educacional para crianças que se encontravam em leitos hospitalares, criado pelo urbanista Henri Sellier, o mesmo criou, na periferia de Paris, uma escola para crianças com problemas de saúde (ESTEVES, 2008 *apud* CARREIRA, 2016). Com os bons resultados desse atendimento, a ideia se proliferou por toda a Europa, ligada ao auxílio de crianças com tuberculose, na época considerada como uma doença fatal, que deixava o paciente com um prazo estendido de internação (VASCONCELOS, 2006 *apud* CARREIRA, 2016). Medidas foram necessárias para que o quadro não se agravasse, levando em consideração a atuação do educador na recuperação desses indivíduos e na diminuição da evasão escolar.

Em relação à atuação dos profissionais da educação no âmbito hospitalar, Simancas e Lorente (1990 *apud* MATOS; MUGGIATTI, 2001, p. 28) afirmam que

³ Para uma leitura mais aprofundada é indicado o livro “História Social da Criança e da Família”, do autor Philippe Ariés.

[...] a atenção pedagógica, por meio da comunicação e do diálogo, tão essenciais no ato educativo, se propõe a ajudar o enfermo – criança ou adulto – para que, imerso nessa situação negativa que atravessa, possa seguir desenvolvendo-se em todas as suas dimensões pessoais, com a maior normalidade possível.

Seguindo as vertentes do exterior, o Brasil também necessitava de um atendimento especial, para as crianças que se encontravam, por um período estendido, nos leitos hospitalares. Carreira (2016, p. 11), resgata os contextos e fatos e relata que em 1950, no Rio de Janeiro em Niterói, no Hospital Menino Jesus, ocorreu, pela primeira vez, o atendimento educacional para as crianças internadas. Em seguida, vem o período da ditadura militar, em 1969, é publicado o Decreto Federal n.º 1.044, “que admitiu o atendimento educacional de “crianças com afecções”, garantindo a possibilidade de um regime excepcional de classes especiais em hospitais”. Em seguida,

Somente a partir da Constituição de 1988 e da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) é que se multiplicaram as experiências educacionais em hospitais e surgiram as bases normativas nacionais que afirmam o direito de todas as crianças e adolescentes à educação, entendido como acesso ao sistema público de ensino; bases que possibilitam um maior engajamento de determinados setores das áreas de saúde e educação em prol da estruturação de uma política educacional para instituições hospitalares (CARREIRA, 2016, p. 11).

Desde então, os órgãos públicos passaram a investir na educação de crianças hospitalizadas, desenvolvendo leis que ofereçam os direitos necessários para poder seguir com o ensino básico. Assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26, apresenta que, o direito à educação tem por objetivo o desenvolvimento do indivíduo e o aprimoramento em relação ao respeito dos direitos humanos, o mesmo amplia as condições para garantir e usufruir desses direitos. Já o direito humano à cultura está respaldado no artigo 27, definindo que todos possuem o direito de livremente participar da cultura da comunidade. Os direitos à educação e à cultura

[...] ganharam status jurídico internacional e de caráter obrigatório para Estados Nacionais por meio dos artigos 13, 14 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), interpretados pelas Observações Gerais 11, 13 e 17 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) (CARREIRA, 2016, p. 13).

De acordo com Carreira (2016), em 1985, nas Nações Unidas, foi criado o comitê para supervisionar a execução dos direitos humanos sociais, econômicos e culturais, objetivando o desenvolvimento da criança e adolescente, preparando ambos com qualificações adequadas para o mercado de trabalho e a prática da cidadania, decorrente disso é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) (1996). Devido a grande demanda de crianças e adolescentes hospitalizadas, o

Ministério da Educação (MEC) (1994), por meio do documento Política Nacional de Educação Especial, aborda, pela primeira vez, a importância de uma classe hospitalar, que proporcione uma educação especial para indivíduos que estão passando por tratamentos médicos. Na Resolução 41 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, um ano depois, é publicado os “Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados”. Diante desse cenário:

A Pedagogia Hospitalar é um novo caminho que está sendo construído pelos profissionais da educação. Ela surgiu para suprir as necessidades de crianças que passavam muito tempo hospitalizadas e acabavam tendo prejuízos na aprendizagem escolar ou até mesmo perdendo o ano letivo. (CARDOSO et al, 2012, p. 47).

O documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial e Educação Básica (2002) aborda que em 1996, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se iniciou oficialmente o funcionamento das classes hospitalares, pois o governo queria garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular. Também traz outro fato que aconteceu, em 2001, no artigo 13 da Resolução n.º 2 do Conselho Nacional de Educação, apresenta que neste período tornou-se obrigatório a utilização da nomenclatura “classe hospitalar”, e que desde então:

Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio (BRASIL, 2002, p. 75).

Não bastava apenas a implantação das classes hospitalares, seria necessário a educação e a saúde estar em um mesmo seguimento para ambas trabalharem em prol do paciente. O documento Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), em seu capítulo: “Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial”, aborda os direitos dos indivíduos que necessitam de atendimentos educacionais especializados, sendo de responsabilidade do Estado e Municípios adaptar o ensino para essas crianças/adolescentes em processo de ensino- aprendizagem. Sendo assim, é de responsabilidade dos órgãos públicos adequar esse meio de ensino não escolar ao ensino regular.

Para o ensino ser eficaz dentro do âmbito hospitalar, é necessário que o corpo docente (pedagogos e professores) e os membros da saúde estejam cientes dos direitos dos indivíduos internados. Santos (2018, p. 16) completa dizendo que “os direitos humanos são os direitos naturais de todos os cidadãos em todos os seus campos de abrangências”. Com isso,

independentemente da doença, seja ela terminal, ou não, as crianças e os adolescentes possuem as mesmas atribuições, se tornando iguais. A Organização das Nações Unidas (*apud* SANTOS, 2018, p. 16) respalda os direitos humanos como a “garantia jurídica universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana”, ou seja, a ONU tem a responsabilidade de assegurar os direitos de todos os indivíduos pertencentes aos grupos sociais.

Em relação à educação, é vista como um dos direitos humanos considerados como pilar da sociedade, pois é ela quem fornece todo amparo necessária para um bom desenvolvimento dos indivíduos e auxilia a exercer a cidadania. Assim, Santos (2018, p. 17), afirma que uns dos papéis da educação dentro das instituições hospitalares é assegurar o acesso à educação das pessoas hospitalizadas enquanto cidadão de direitos, “entendendo-se que todos os sujeitos fazem parte da mesma sociedade e tem segundo o campo dos direitos humanos e as legislações vigentes, o mesmo acesso independente a sua condição de “ser” ou “estar”.

Para reforçar esse direito desses indivíduos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, decreta no artigo 26 a educação gratuita a todos. Esse documento versa:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A Instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico- profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p. 1).

O artigo aborda a questão que todos possuem o direito a educação, seja nos anos elementares e fundamentais, técnicos e superiores, o indivíduo não pode ser penalizado por estar impossibilitado de frequentar o ensino regularmente, assim a educação nesses meios diversificados garante a aprendizagem significativa para o aluno e evita a evasão escolar.

Com o objetivo de expandir esse atendimento diferenciado para alunos impossibilitados de frequentar as escolas, em 2002, o Ministério da Educação (MEC) publicou um documento com o título de “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações” (BRASIL, 2002 *apud* FONTES, 2005, p. 1). Esse documento enfatiza sobre o aluno, que não pode estar presente nas aulas no âmbito escolar e assim necessita de um atendimento especializado dentro e fora do hospital durante seu processo de tratamento.

Em 2018, a Lei 13.716 de 24 de setembro, é sancionada pelo presidente da República, onde acrescenta na LDB 9.394/96 o seguinte artigo:

Art.4 – é assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (BRASIL, 2018).⁴

Com pesquisas na área e trabalho coletivo, essa foi possível a favor da criança e jovem hospitalizado. Essa nova Lei, irá respaldar a obrigatoriedade dos Estados e Municípios em assegurar o direito à educação, garantindo assim, o direito para todos os alunos, que estão, por algum motivo afastados da escola, para tratamento de saúde.

3 O PAPEL DO PEDAGOGO E PROFESSOR NA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO HOSPITALAR

O processo de ensino e aprendizagem está inserido em diversos meios que envolvem a educação. Os principais participantes desse processo são os pedagogos, professores, alunos e familiares. A educação é desenvolvida de acordo com o âmbito, exigindo dos profissionais da área qualificações, metodologias e habilidades adequadas.

No que diz respeito à educação dentro dos hospitais, exige-se do docente um olhar diferenciado para com o aluno. O professor realiza um processo de mediação entre a vida antiga do indivíduo hospitalizado (antes de iniciar os tratamentos médicos) com a situação atual, pois independentemente das circunstâncias em que o aluno se encontra, será utilizada uma metodologia diferenciada para passar os conteúdos que o mesmo iria aprender fora do hospital. Freire (1996) complementa essa ideia, dizendo que o papel do educador é desenvolver o senso crítico do aluno, independentemente da diversidade social, cultural, econômica e religiosa, para formar seres pensantes e críticos. O docente precisa estimular os discentes a serem altruístas, audaciosos, a respeitar as diferenças e a instigá-los a defender os seus direitos como cidadão. Assim, o futuro estará melhor e as diferenças serão minimizadas.

Essa formação do cidadão também ocorre dentro dos leitos hospitalares por meio da educação, mas antes de dar início a esse processo, é necessário que os indivíduos envolvidos (familiares, equipe pedagógica, equipe médica e o hospitalizado) tenham conhecimentos dos direitos dessa criança que está em período de tratamento, sendo um deles presentes na Constituição Federal, em seu Art.6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a

⁴ A Lei 13.716 sancionada em 24 de setembro de 2018 pelo Presidente da República será inserida no documento Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

moradia, o lazer; a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social aos desamparados”. De acordo com Brasil (1988, *apud* BARROS; MENEZES, 2018, p. 27) nessa mesma sessão em específico no Art. 205 da Carta Magna, aborda que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O processo de ensino-aprendizagem no âmbito hospitalar é considerado como uma “Educação Especial”, pois irá fornecer aos pacientes um auxílio diferenciado no procedimento de escolarização. Na Resolução CNE/CEB N°02 (11 de setembro de 2001, p.03) no Art. 6° aborda as necessidades que os educandos precisam possuir para usufruir de uma educação diferenciada, alguns dos itens citados são:

- I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações para acompanhar as atividades, compreendidas em dois grupos:
 - a) Aquelas não vinculadas a uma causa específica;
 - b) Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II- Condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III- Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Dando continuidade no Art. 7° refere-se como esse sistema de ensino precisa atuar, fazendo ligações com outros sistemas, como o da saúde, necessitando de uma certa organização nesse atendimento educacional especializado referente aos alunos “impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implica internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio”, necessitando de profissionais qualificados para atuarem com essa demanda de pessoas em processos de tratamentos.

Esse mesmo documento, em parágrafo único, aborda que o atendimento hospitalar e domiciliar precisa garantir ao discente o desenvolvimento no processo de aprendizagem de acordo com as escolas de Educação Básica, auxiliando no seu “retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular”, o professor atuante nessa área necessita pensar na melhoria do seu aluno, sendo assim trabalhar de uma maneira que o auxilie a voltar as suas rotinas habituais quando receber alta e consiga dar sequência às mesmas.

Os professores que irão trabalhar com a educação para indivíduos em tratamentos ou a educação domiciliar precisam estar a par da Lei n°8.069/90 que se refere ao Estatuto da

Criança e do Adolescente, em seu Art. 5º (1990, p.03) aborda que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Sendo assim, os profissionais atuantes nessa área, necessitam adquirir uma postura diferenciada como paciência, cautela, humanização, respeito, tranquilidade, disposição a ouvir o próximo, entre outros, são alguns dos requisitos.

Neves e Pacheco (2011) enfatizam que os professores que atuam em ambientes hospitalares precisam aplicar os conteúdos aos discentes de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Municipal dos anos iniciais (1º ao 5º ano) e com as Diretrizes Curriculares da Educação Estadual para os anos finais (6º ao 9º ano e ensino médio). Suprindo algumas necessidades dos alunos referentes a sua aprendizagem, utilizando de diferentes metodologias para melhor aprimoramento do seu desenvolvimento psíquico, social e o cognitivo.

O professor assume grande responsabilidade ao dedicar-se a essa área de atuação, pois o mesmo trabalha com planejamentos prévios. As atividades serão desenvolvidas de acordo com a necessidade do aluno, seu tempo e modo de como aprender. Ainda ressaltam (NEVES; PACHECO, 2011, p. 8 e 9) que atuar com esses atendimentos demanda do profissional (re)pensar a sua prática, sendo flexível e analisando o contexto vivenciado, pois o tempo precisa ser aperfeiçoado, “a aprendizagem deve ocorrer de modo efetivo, a família precisa ser acolhida e parceira neste processo e o prejuízo educacional devido à ausência ao ambiente escolar minimizado” e que “ao sair do hospital a criança redobra as suas forças e esperanças em relação a vida bem vivida, e esta sensação converge para a continuidade dos seus estudos formais”, ou seja, o professor ajuda o internado a superar o momento doloroso por meio da educação, proporcionando esperança da continuidade da vida fora dos leitos hospitalares.

Assim, como o professor exerce uma função de suma importância, o pedagogo também tem suas responsabilidades de grande essência para a formação dos discentes. De acordo com Avanzini e Silva (2011, p. 7), algumas atividades desses profissionais, são: fazer uma lista com todas as crianças hospitalizadas que estão em período escolar e entrar em contato; recolher dados referentes a escola em que o aluno estava matriculado e o ano que está lecionando (a partir do Ensino Fundamental), assim comunicando ao estabelecimento do internamento do aluno; solicitar o Plano de Trabalho Docente para dar continuidade ao conteúdo programado.

O pedagogo precisa estar atento aos processos de tratamentos que seus alunos estão realizando para conseguir orientar sua equipe pedagógica (professores) de como trabalhar

com aqueles indivíduos e quais abordagens seriam interessantes trabalhar para estimular a criança a querer a aprender.

Devido à grande demanda de crianças e adolescentes hospitalizados, os atendimentos educacionais dentro dos hospitais e domiciliares são divididos de duas formas. As crianças que se encontram matriculadas no ensino regular Municipal e recebem alta hospitalar, porém estão impossibilitados de frequentar a escola devido ao tratamento de saúde, é disponibilizado 1 (um) professor para trabalhar em casa. Esse profissional irá uma vez na semana à residência, para trabalhar os conteúdos escolares. O outro formato, que a Secretaria Municipal atende, são as crianças hospitalizadas, sendo disponibilizado professores para atender esse público. As aulas ocorrem no leito ou nas classes hospitalares. Relacionados ao ambiente estadual, o Conselho Estadual de Educação do Paraná estabelece, por meio da Deliberação nº02/16, normas para a Educação Especial, essa resolução expressa no Art.13. “Para o Atendimento Educacional Especializado a mantenedora deverá providenciar; de acordo com a demanda: IX – atendimento pedagógico domiciliar; X – atendimento pedagógico hospitalar” (PARANÁ, 2016, p. 9).

Ganhando um amplo espaço, a Educação “assegura, dentre outras ações, o atendimento educacional aos estudantes hospitalizados na busca da universalização do acesso à educação para todos” (CIRINO; MENEZES, 2018, p. 239), se tornando uma Educação Inclusiva. Assim, pela Resolução nº2527/2007 na Instrução nº016/2012 – SEED/SUED, implantam o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH) no Paraná, para atender o Ensino Fundamental (6º ao 9ºano) Ensino Médio e EJA. Cirino e Menezes (2018, p. 240) afirmam que, esse atendimento “possibilita que os estudantes impedidos involuntariamente de frequentar a escola regular por motivo de tratamento de saúde, tenham condições de igualdade e equidade educacional”. Independentemente das condições em que o educando se encontra, ele possui o direito a educação.

O SAREH está organizado da seguinte maneira, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Profissionais do SAREH.

Profissional	Componentes Curriculares	Jornada de trabalho	Atendimentos	Período
1 Pedagoga	Próprio do Magistério	40 horas semanais	Segunda a Sexta-feira	Vespertino
1 Professor(a) de Linguagens	Língua Portuguesa, LEM, Educação Física, Arte.	20 horas semanais	Segunda a Sexta-feira	Vespertino
1 Professor(a) de Ciências Exatas	Matemática, Ciências, Biologia, Física, Química	20 horas semanais	Segunda a Sexta-feira	Vespertino
1 Professor(a) de Ciências Humanas	História, Geografia, Ensino Religioso,	20 horas semanais	Segunda a Sexta-feira	Vespertino

	Sociologia, Filosofia			
--	--------------------------	--	--	--

Fonte: Adaptado de Menezes (2018, p. 56).

Os profissionais que constituem esse grupo fazem parte do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná. Avanzini e Silva (2011, p. 6 e 7) completam dizendo que os professores “passam por um processo seletivo interno, com características bastante peculiares e recebem formação continuada específica durante o período em que atuam nesse serviço.” Para esses cargos, é realizado um processo minucioso, pois exige de profissionais com boas qualificações, responsabilidade e que estejam dispostos a inovar seu campo do conhecimento em prol de uma aprendizagem mais significativa para seu aluno.

Esta modalidade de ensino, de acordo com Fonseca (2015), possui alguns objetivos fundamentais, como continuar os processos de aprendizagem do aluno hospitalizado, ajudar no processo de retorno e reintegração do discente ao âmbito escolar de origem, utilizando de metodologias diversificadas como o currículo flexível e propiciar a acessibilidade do indivíduo não escolarizado à integração na escola regular. Esses objetivos visam a saída da criança do hospital e a volta da mesma para o grupo escolar com eficácia, não apresentando problemas relacionados aos conteúdos acadêmicos, pois os mesmos já foram trabalhados pela professora hospitalar durante seu período de internamento.

Um dos aspectos com que a classe hospitalar contribui é a orientação aos familiares. Muitas crianças em processo de tratamento não estão matriculadas no ensino regular, sendo assim, os profissionais da educação direcionam essas pessoas a realizarem a matrícula de seus filhos junto à Secretaria de Educação de sua cidade, assim que a criança tenha recebido alta. Também encaminham crianças com deficiências, que já estão na idade obrigatória de estar matriculadas, porém nunca frequentaram a escola devido as suas dificuldades.

Esses atendimentos são fornecidos para as crianças hospitalizadas ou em atendimento domiciliar, quando é finalizado o seu tratamento ou realizam uma pausa para o fortalecimento do corpo, elas são direcionadas para suas residências. De acordo com os dias de atestados provisionados pelos profissionais da saúde, a criança volta para a escola ou recebe o atendimento domiciliar. André, Menezes e Souza (2018, p. 69) complementam que,

Em 2003, o Conselho Estadual de Educação do Paraná promulgou a Deliberação N° 02/03, estabelecendo a normativa para a Educação Especial do Sistema de Ensino de Estado do Paraná, contemplando as Classes Hospitalares no Artigo 14, Inciso III; e o Atendimento Pedagógico Domiciliar no Inciso IV, apontando a normativa para o APD no Município.

Visando assegurar o direito a educação de crianças e adolescentes dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o atendimento domiciliar é proporcionado aos alunos matriculados no Ensino Regular do Município quando recebem atestados com 60 dias ou mais de ausência de frequentar a escola. Avanzini e Silva (2011, p. 9) abordam que para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), apresentando atestado com 90 dias ou mais de ausência será disponibilizado 1 (um) professor ou pedagogo, que realizará uma jornada de 12 horas semanais, o mesmo nesse período terá a responsabilidade de trabalhar todos os componentes curriculares destinado ao ano em que o indivíduo esta matriculado, “organizando e acompanhando os conteúdos e elaborando as atividades complementares referentes as áreas, por meio de projetos específicos”. Sendo assim, os professores irão dar continuidade aos conteúdos abordados pelo planejamento dos professores do ensino regular e desenvolver atividades e projetos diferenciados para ajudar na compreensão dos temas trabalhados.

Já para o atendimento aos alunos matriculados no Ensino Médio é disponibilizado, segundo Avanzini e Silva (2011), 1(um) professor, principalmente da área de exatas, o mesmo desenvolverá o seu trabalho em 12 horas semanais, tendo que executar atividades relacionadas a todos os componentes curriculares. Para adquirir esse atendimento, o discente precisará apresentar um atestado com 90 dias, ou, mais de afastamento das atividades em âmbitos escolares.

Avanzini e Silva (2011) ressaltam que alunos com necessidades de atendimentos especiais matriculados no Ensino Regular na modalidade de Educação Especial, são atendidos por 1 (um) professor da Educação Especial, tendo uma jornada de trabalho de 12 horas semanais, abordando os conteúdos dos componentes curriculares e trabalhando de maneira diversificada, levando em consideração as dificuldades e limitações do discente com necessidades especiais. Sendo assim, o documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar, aborda:

O alunado do atendimento pedagógico domiciliar compõe-se por aqueles alunos matriculados nos sistemas de ensino, cuja condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerados os aspectos psicossociais, interferiram na permanência escolar ou nas condições de construção do conhecimento, impedindo temporariamente a frequência escolar (BRASIL, 2002, p. 16).

O atendimento domiciliar está vinculado ao processo de ensino-aprendizagem, porém para que o aluno se sinta mais à vontade durante esse processo, faz-se necessário uma adaptação do ambiente, mobiliário e equipamentos de acordo com as necessidades do discente. O documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar (BRASIL,

2002, p. 17) afirma que é de grande importância, "cama especial, cadeira e mesa adaptadas, cadeira de rodas, eliminação de barreiras para favorecer o acesso a outros ambientes da casa e ao espaço externo, etc.", pois em alguns casos o aluno receberá alta, mas seu corpo não estará em bom estado, exigindo assim de equipamentos que façam o educando se sentir confortável.

Tanto no processo de aprendizagem nas classes hospitalares e na domiciliar é necessário haver uma dinâmica do professor com os cuidados com o educando, se informando sobre a situação que se encontra a saúde do aluno hospitalizado. Dentro dos hospitais, é importante essas informações para saber se há possibilidade de locomoção do indivíduo até um ambiente que proporcione mais interação, ou, se a aula necessita ser ministrada dentro do leito em que se encontra, assim o docente conseguirá ministrar sua aula com toda segurança. Em relação ao ambiente domiciliar, essas informações são úteis para o professor compreender quais são as limitações do seu aluno, se determinadas atividades ele conseguirá realizar. Fonseca (2015, p. 18) afirma que:

O profissional de educação que atua como professor no ambiente hospitalar precisa considerar o valor de investir no potencial do aluno, de dinamizar as atividades escolares de forma criativa e adequada à realidade, interesses e necessidades de cada aluno.

Sendo assim, o profissional precisa estar comprometido com o seu trabalho, buscando alternativas e soluções para as dificuldades dos discentes, considerando o potencial da criança e a incentivando a superar as dificuldades. A autora (FONSECA, 2015, p. 18) complementa dizendo que "Percebe-se que o tempo é irrelevante quando o trabalho pedagógico-educacional tem como base os interesses e as necessidades dos alunos doentes.", ou seja, o docente precisa se basear no tempo que o aluno necessita para aprender determinado conteúdo.

Para auxiliar nesse processo de aprendizagem, é necessário que o professor da classe hospitalar e domiciliar realize uma adaptação dos recursos e instrumentos didáticos, como a utilização de jogos e materiais pedagógico, disponibilizado para serem manuseados pelos alunos, os mesmos precisam ser de fácil transporte para serem levados de um leito ao outro. O documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar (BRASIL, 2002, p. 17) ressalta alguns desses materiais que podem ser utilizados, como: "pranchas com presilhas e suporte para lápis e papel; teclados de computador adaptados; softwares educativos; pesquisas orientadas via internet; vídeos educativos, etc.". Esses recursos além de ajudar no processo de aprendizagem estimulam o aluno e desperta a curiosidade em relação aos conteúdos.

O docente de classe hospitalar e domiciliar desenvolve seu trabalho, com o foco no aluno, que se encontra em condições especiais no momento, é de grande relevância esse

profissional compreender que sua clientela é variada e que há uma grande diversidade de pessoas envolvidas nesse meio. Fonseca (2015, p. 16) aborda essa questão,

Os convênios firmados entre os hospitais ou suas secretarias de saúde e as secretarias de educação em geral contemplam a obrigatoriedade escolar (dos 6 aos 16 anos de idade cronológica) na primeira etapa do ensino fundamental (até o 5º ano escolar). Há convênios que também contemplam a segunda etapa do ensino fundamental (a partir do 6º até o 9º ano escolar). Em alguns hospitais a educação infantil também é contemplada.

Os docentes estarão diante de uma grande demanda de culturas, relações sociais, econômicas, religiosas, entre outros aspectos, divergentes. Exigindo deles (professores) uma humanização e aceitação dessas diferenças, pois a educação é uma ubiquidade, estando presente em todos os lugares, tempos e contexto, sendo assim o docente precisa saber trabalhar com todos os tipos de pessoas e suas vertentes. Fonseca (2015, p. 16) aborda que estar disposto a trabalhar com essa diversidade é essencial, pois,

As crianças apresentam as doenças mais variadas, algumas bem graves e outras que poderiam ser evitadas se a atenção básica de saúde fosse eficiente e se as famílias tivessem condições mínimas adequadas de moradia, saneamento e alimentação.

É necessário levar em consideração toda a bagagem de aprendizagem do hospitalizado e o contexto em que está inserido. O docente precisa compreender que as crianças/adolescentes não são apenas doentes, pois continuam crescendo e se desenvolvendo independentemente do tratamento médico (cirurgias, exames, medicamentos, efeitos colaterais) e necessitam de assistência do docente para a sua formação como cidadão.

4 A ESCUTA DIFERENCIADA NO AMBIENTE HOSPITALAR

Para qualquer estudante, independentemente da sua faixa etária, é de suma importância a relação entre professor e aluno. Quando há harmonia e conexão entre ambos, a aprendizagem flui naturalmente e se torna mais significativa para o discente. O professor é capaz de estimular o senso crítico, a leitura, aprimorar os conhecimentos prévios, apresentar novas informações, desenvolver a autonomia, responsabilidade e realiza trocas com seus educandos, sendo elas baseadas em experiências, informações e conhecimentos, mostrando para o seu aluno que ele é alguém importante. Sendo assim, o professor possui grande influência sobre seu aluno e com esses itens citados acima, ajuda o indivíduo hospitalizado a superar suas dificuldades decorrentes ao tratamento. Matos e Mugiatti (2001, p. 69) complementam dizendo que o diálogo e a atenção pedagógica são essenciais:

Para o ato educativo e se propõe a ajudar a criança (ou adolescente) hospitalizada para que, imerso na situação negativa que atravessa no momento, possa se desenvolver em suas dimensões possíveis de educação continuada, como uma proposta de enriquecimento pessoal.

O professor não se restringe apenas em passar o conteúdo para o aluno hospitalizado, mas visa dar continuidade a aprendizagem referente a sua idade e contribui com aspectos de grande relevância para seu desenvolvimento fora dos leitos hospitalares.

Outro aspecto que possui grande influência sobre os indivíduos hospitalizados é o meio em que ele está inserido, sendo um ambiente que proporciona desconforto para o mesmo. Matos e Mugiatti (2001, p. 70) concordam e ressaltam soluções para amenizar essa situação, como pintando as paredes de cores diversificadas (tons pastel – cores claras), utilizar roupas com cores alegres os profissionais e as crianças, trazer a alegria do lado de fora dos muros dos hospitais para dentro dos leitos, corredores, enfermarias, no hospital como um todo. As autoras completam dizendo que se realizar esses procedimentos diferenciados, “pode transformar um estabelecimento hospitalar estéril num espaço alegre”, ou seja, será promovido um ambiente confortável que possa resgatar a essência de ser criança.

Essa interação com os alunos e as trocas de carinho, conhecimento e aprendizagem, proporcionam aos docentes experiências que fazem grande diferença em sua vida, pois estão em constante aprendizagem com cada aluno que passa por eles. Essas vivências os tornam mais humanos e conseguem perceber a diferença que um professor tem na vida do educando.

A seguir serão apresentados relatos bibliográficos, extraídos do livro “O Direito à Educação e à Cultura em hospitais: Caminhos e Aprendizagens do Pequeno Príncipe” (2016, p. 97-106), de profissionais que atuam na área da educação em ambientes hospitalares. Os relatores serão classificados como Professora A, Professora B e Professor C.

À espera de um coração é a experiência do educando da Professora A. Trata-se de uma menina de aproximadamente 8 anos de idade, que passou mais tempo dentro dos leitos e enfermarias do que em seu próprio quarto, com um problema de saúde grave, que por pouco não chegou ao óbito. Independentemente de como a aluna estava, professora A todos os dias ia até o quarto dessa criança, mas acreditava que ela não estava aprendendo devido ao seu quadro de saúde. Porém, professora A foi surpreendida, sua aluna realizou a cirurgia de transplante de coração, se recuperou e voltou a frequentar a sua escola de origem. Relato da professora A:

Eu acredito que a gente faz diferença para todo esse povo que a gente atende. Não dá para ter certeza, mas eu acredito que sim, já que eles fazem uma diferença para nós. Eles fazem uma diferença fantástica em nossas vidas. Isso me fez pensar também na minha profissão, no meu trabalho como professora na escola.

tem várias crianças com problemas: crianças que não têm pai, não têm mãe, não têm nada. Agora eu consigo enxergar coisas que eram difíceis de enxergar antes. E que não necessariamente precisava trabalhar em um hospital para enxergar, mas foi o Hospital que me possibilitou isso.

Freire (1996, p. 12) diz, " [...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém". O docente jamais pode desacreditar do seu potencial e principalmente do processo de aprender do seu aluno. Os educandos estão em constante aprendizagem, sendo em tudo que está ao seu redor, como nos pequenos momentos, troca de olhares, diálogo ou escuta. Assim, como o professor ensina o seu aluno, o aluno também ensina algo ao seu mestre.

O voo de A.N. foi uma das experiências mais marcantes para a professora B. A.N. é uma aluna que todos os funcionários do hospital a conhecem. Com 1 ano e meio chegou à UTI e desde então, não saiu mais desse local. Atualmente ela está no quarto 235, é uma menina muito inteligente e braba, consegue expressar o que está sentindo com cada olhar. Todos os dias a docente B atendia a A.N e sempre utilizava matérias diversificadas em suas aulas. Em um desses dias, elas estavam mexendo com tinta guache. A aluna ficou quieta olhando para teto enquanto mexia com a tinta. A docente achou estranho o comportamento da menina, pois ela era muito comunicativa, então perguntou no que ela estava pensando. A.N. contou que estava pensando na vida, voando, observando as ruas, casas, carros, luzes, uma cidade. Relato professora B:

Aí a gente entrou em uma história de quase conto de fadas, em que ela estava sobre uma vassoura, voando. E ela via as casas, as luzes e os carros, tudo nítido como alguém que já esteve caminhando pela rua ou voando em um avião. E essa foi a história que ela me contou, aos 5 anos, sem nunca ter saído do Hospital.

É de grande importância o diálogo durante o processo de ensino aprendizagem, e para o discente poder expressar o que pensa, suas dúvidas, angústias, alegrias, etc. Sabendo que o professor está disposto a ouvi-lo, é o que fortalece esse processo. Assim como enfatiza Paulo Freire (1996, p. 19),

Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à assunção do educando por si mesmo.

Os alunos possuem o docente como o mentor do saber, assim designando a ele uma imagem de autoridade, rigorosidade e amedrontamento. Os simples gestos que os professores demonstram no decorrer de suas aulas, como a carisma, o diálogo, deixar os alunos expressarem suas opiniões, proporciona uma aprendizagem mais significativa. Assim como

no relato, a professora ouviu a sua aluna. Essa escuta foi de suma importância, pois despertou a imaginação da discente, levando-a para um mundo de encantos e fantasias.

O salto de paraquedas, os momentos com a aluna M, sempre permaneceram na memória do professor C. M era uma aluna que demonstrava muito interesse pela leitura. Assim que chegava ao hospital, ela estava na porta de seu quarto nos esperando, subia e queria ficar junto com a gente. Ficava um bom tempo sentada na poltrona vermelha lendo. Durante seu período de internamento, realizamos algumas atividades. Em uma dessas ela pintou si mesma saltando de paraquedas. O desenho ficou lindo, depois ela ficou olhando pela janela, acredito que imaginando como seria voar com um paraquedas. Ela era uma menina muito doce que conversava sobre as coisas de uma maneira fácil. No dia da cirurgia de M, a mãe dela me chamou e entregou os livros que ela estava lendo, disse que ela pediu para que entregasse, pois se ficassem no quarto esses livros poderiam sumir e outras crianças não iriam ler. Relato professora C:

Para mim aquilo foi algo profundamente especial que mexeu comigo; um senso de responsabilidade na situação em que ela estava; e uma noção muito forte de cuidado com o outro. No dia seguinte, soube que a M tinha falecido.

O professor carrega consigo experiências marcantes, as quais auxiliam em seu profissional. O professor precisa sempre ouvir seus alunos e guiá-los para o melhor caminho. Isso não significa que irá fazer as coisas por eles, mas incentivar e estimular cada um deles. As opiniões podem ser diferentes entre o docente e seus alunos, mas é necessário o profissional da educação escutar o que eles têm a dizer e depois argumentar o que acha melhor. O docente necessita ser crítico, pesquisador, questionador, pois é necessário avaliar o hoje para o amanhã ser melhor, assim afirma Freire (1996). Mesmo que seja por um período curto de tratamento ou uma internação que irá durar meses, cada profissional da educação pode contribuir para a recuperação cada indivíduo hospitalizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta a importância do pedagogo/ professor na recuperação dos indivíduos hospitalizados, descrevendo que antigamente a concepção de infância apresentava aspectos diferentes, não necessitando de tantos cuidados. Porém, essa situação começou a mudar devido a Segunda Guerra Mundial, período em que houve grande demanda de indivíduos, menores de 18 anos, que ficaram mutilados e começaram a falecer devido a diversas doenças, como a tuberculose.

Partindo do paradigma tradicional, em que o foco estava apenas no docente, e inovando, apresentando outro olhar para os discentes, e os colocando eles como o sujeito principal da aprendizagem, o Brasil se inspirou nas vertentes do exterior e adotou a Pedagogia Hospitalar, sendo desenvolvidas leis para esse público que se encontrava ausente de frequentar o ensino regular nos âmbitos escolares. O trabalho dos pedagogos e professores em hospital existem desde a década de 1950, porém a partir das inovações da sociedade, os profissionais da educação começaram a ser reconhecidos nos âmbitos hospitalares.

Gradativamente, a sociedade brasileira passou a (re)conhecer os direitos das crianças em processos de tratamento, sendo identificados como indivíduos integrantes da sociedade, que possuem o direito de continuar seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, independentemente do seu estado de saúde. Sendo assim, as pessoas hospitalizadas necessitam receber um atendimento diferenciado devido a sua ausência do meio escolar. Os centros de ensino precisam adaptar o currículo para proporcionar melhor compreensão, aprimoramento dos conhecimentos e aprendizagem de seus alunos, evitando que os alunos se sintam despreparados para enfrentar a realidade fora do ambiente escolar e a evasão.

A educação permeia todo o contexto social, demandando grande preparação dos profissionais da educação para conseguirem atuar em hospitais. Os pedagogos/professores precisam compreender que haverá muitos desafios no decorrer de sua jornada de trabalho, porém eles precisam visar o aluno como o foco, o ajudando a se adaptar as novas exigências da atualidade que estão inseridos. Eles possuem grande importância, pois conseguem dinamizar a rotina hospitalar.

A criança ou adolescente hospitalizado recebem atendimentos adequados aos seus níveis de desenvolvimento, sendo elas dentro das classes hospitalares, corredores, leitos, enfermaria ou domiciliar. Esses atendimentos auxiliam a minimizar a tensão e angústia de estar internado. Esse processo envolve vários componentes, sendo eles os familiares, profissionais da saúde, profissionais da educação hospitalar e do ensino regular, para que esse período seja vivido de uma maneira menos dolorosa e traumática.

Buscou-se, com este artigo, mostrar a trajetória histórica da Pedagogia Hospitalar no Brasil, a importância do pedagogo e professor no processo de recuperação da criança/adolescente hospitalizada, suas formações necessárias, contribuições para a adaptação dos atendimentos educacionais para esses alunos, e a garantia que esses discentes continuem o seu processo de aprendizagem, resgatando suas identidades e transformando um ambiente desconfortável em um lugar que possibilite novos olhares, o senso crítico e uma nova perspectiva de futuro.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Elaine de Oliveira, MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi de, SOUZA, Tainara Subtil de. Atendimento Pedagógico Domiciliar: A Garantia do Direito no Estado do Paraná e no Município de Curitiba. *In*: MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi de, NASCIMENTO, Daviane Daniele Perez, LOZZA, Silvia Iuan. **Direito à Educação: HOSPITALAR E DOMICILIAR**. Maringá: Publisher, 2018.

AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi, SILVA, Thais Gama da. Educação Hospitalar e Domiciliar: A Identidade Pedagógica dos Professores que atuam no SAREH/SEED/PARANÁ. *In*: X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Curitiba, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, DF. (Mensagem especial; v. 1) 1994. _____. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf> Acesso em: 09 set. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB N°2, de 11 de set. de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018

BRASIL, **Lei N°8.069, de 03 de jul. de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outra providencia. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL, **Lei N°13.716, de 24 de set. de 2018**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13716-24-setembro-2018-787190-publicacaooriginal-156470-pl.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

CARDOSO, Cristiane Aparecida; SILVA, Aline Fabiana da, SANTOS, Mauro Augusto dos. Pedagogia Hospitalar: A Importância do Pedagogo no Processo de Recuperação de Crianças Hospitalizadas. **Caderno da Pedagogia**, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/372/172>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CARREIRA, Denise. **O Direito à Educação e à Cultura em Hospitais: Caminhos e Aprendizagens do Pequeno Príncipe**. Curitiba: Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, 2016. Disponível em: <http://pequenoprincipe.org.br/projetosabermais/manual/Educ.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018

CIRINO, Leila Cristina Mattei; MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi de, Sareh: do Direito à Intervenção Pedagógica. *In*: MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi de, NASCIMENTO, Daviane Daniele Perez; LOZZA, Silvia Iuan. **Direito à Educação: hospitalar e domiciliar**. Maringá: Publisher Editora, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, Eneide Simões da. Classe hospitalar e atendimento domiciliar: direitos de crianças e adolescentes doentes. *Revista Edição e políticas em debate*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/31308/17042>. Acesso em: 29 set. 2018.

FONTES, Rejane. O desafio da Educação no Hospital. 2005. Disponível em: <http://www.cerelepe.faced.ufba.br/arquivos/fotos/60/odesafiodaeducacaonohospital.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGGIATI, Margarida M. Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar**. Curitiba: Universitária Champagnat, 2001.

MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi de. **A Necessidade da Formação de Pedagogos para atuar em diferentes contextos: Refletindo Práticas Sociais e Diversidade Cultural**. Governo do Paraná. Secretária de Estado e da Educação, 2018.

NEVES, Fabiana, PACHECO, Mirta Cristina Pereira. A Escolarização Hospitalar na Rede Municipal de Ensino de Curitiba: retomada histórica (1988 - 2010). *In*: X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n. 02/16, de 15 de setembro de 2016**. Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. 2016. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução n. 016/2012**. Estabelece procedimentos para a implantação do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar no Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=310>. Acesso em: 20 set. 2018.

SANTOS, Michele de Oliveira dos Santos. Garantia do Direito: Questões conceituais e normativas. *In*: MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi de, NASCIMENTO, Daviane Daniele Perez, LOZZA, Silvia Iuan. **Direito à Educação: Hospitalar e Domiciliar**. Maringá: Publisher, 2018.

SILVA, Nilton da; ANDRADE, Elane Silva de, **Pedagogia Hospitalar: Fundamentos e Práticas de Humanização e Cuidado**. Cruz das Almas-Bahia: Editora UFRB, 2013.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia das Nações Unidas, 1948. Disponível em:https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 02 jul. 2018.